

Assentamentos Rurais na Região de Andradina: desdobramentos para além do campo

Marco Aurélio da Silva Arlindo 

Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Paraná, Brasil.

e-mail: m.marcoarelio@gmail.com

Resumo

A partir da lógica camponesa, parte dos assentados da Região de Andradina produzem para além de suas necessidades; conseqüentemente, transformam parcela da produção em mercadoria, para, assim, comprar aquilo que não produzem. Ao garantir, pela luta diária, a existência social na terra de trabalho, os camponeses assentados geram dinâmicas virtuosas, sendo a oferta de alimentos e a circulação da renda na escala local por demais significativa. Neste contexto, o trabalho analisa os resultados da implantação dos assentamentos rurais, seja pela demanda por bens e serviços, seja pela participação e mudanças das relações de poder local. À luz da corrente teórica, que entende a existência da questão agrária brasileira e considera o campesinato enquanto classe social, a investigação se concretizou no caminho metodológico do diálogo com a teoria, articulando-a com os dados obtidos no campo e na cidade; as fontes orais e informações *in loco* orientaram a análise dos desdobramentos dos assentamentos rurais para além do campo. Portanto, o impulso dado pelos assentados às demandas por produtos agropecuários, bens e serviços, e outros, é comprobatório das benesses que a democratização da terra traz também para a cidade.

Palavras-chave: Reforma agrária; campo; cidade; campesinato; dinâmica virtuosas.

Rural Settlements in the Andradina Region: unfoldings beyond the countryside

Abstract

From the peasant logic, part of the settlers in the Andradina Region produce beyond their needs; consequently, they transform part of the production into merchandise, in order to buy what they do not produce. By guaranteeing, through their daily struggle, the social existence in the land of work, the settled peasants generate virtuous dynamics, with the supply of food and the circulation of income on the local scale being all too significant. In this context, the paper analyzes the results of the implementation of rural settlements, either by the demand for goods and services, or by the participation and changes in local power relations. In the light of the theoretical framework, which understands the existence of the Brazilian agrarian question and considers the peasantry as a social class, the investigation was carried out in the methodological path of dialogue with theory, articulating it with data obtained in the countryside and in the city; oral sources and *in loco* information have guided the analysis of the development of rural settlements beyond the countryside. Therefore, the impulse given by the settlers to the demands for agricultural products, goods and services, and others, is evidence of the benefits that the democratization of land brings to the city as well.

Keywords: Land reform; field; city; peasant; virtuous dynamics.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Asentamientos rurales en la Región de Andradina: desdoblamientos más allá del campo

Resumen

Con base en la lógica campesina, parte de los pobladores de la Región de Andradina producen más allá de sus necesidades; en consecuencia, transforman parte de la producción en mercadería, para comprar lo que no producen. Al garantizar, a través de su lucha diaria, la existencia social en la tierra de trabajo, los campesinos asentados generan dinámicas virtuosas, siendo muy significativa la provisión de alimentos y la circulación de ingresos a escala local. En este contexto, el trabajo analiza los resultados de la implementación de asentamientos rurales, ya sea por la demanda de bienes y servicios, o por la participación y cambios en las relaciones de poder local. A la luz de la corriente teórica, que comprende la existencia de la cuestión agraria brasileña y considera al campesinado como clase social, la investigación se realizó en la vía metodológica del diálogo con la teoría, articulándola con datos obtenidos en el campo y en la ciudad; fuentes orales e información in loco guiaron el análisis del desarrollo de los asentamientos rurales más allá del campo. Por lo tanto, el impulso dado por los pobladores a las demandas de productos agrícolas, bienes y servicios, entre otros, es evidencia de los beneficios que la democratización de la tierra también trae a la ciudad.

Palabras clave: Reforma agraria; campo; ciudad; campesinado; dinámica virtuosa.

Introdução

A reorganização fundiária na Região de Andradina, resultado da desapropriação da grande propriedade improdutiva, e a formação dos assentamentos rurais têm possibilitado inclusão social e produtiva aos beneficiários das políticas agrárias. A partir da lógica centrada no bem-estar do grupo familiar, parte significativa dos camponeses assentados produzem para além de suas necessidades; em consequência transforma parcela da produção em mercadoria, para assim, com o dinheiro obtido, comprar aquilo que não produz. Assim, ao mesmo tempo que garante sua existência social na terra de trabalho, os camponeses assentados produzem dinâmicas virtuosas, com destaque para a oferta da produção camponesa e o aquecimento da economia local.

Além da transformação do próprio sujeito assentado no bojo da produção camponesa, a possibilidade de trabalho e renda via acesso à terra enriquecem a unidade campo-cidade, por isso são aqui compreendidas como virtuosidades geradas pela criação dos projetos de assentamentos rurais. Partindo do pressuposto da importância do campesinato para a sociedade e a relevância da reforma agrária, o trabalho analisou os resultados da criação dos assentamentos rurais na cidade, seja pela demanda por bens e serviços, seja pela participação e mudanças das relações de poder local.

A luta pela terra na “Terra do Rei do Gado”, como é conhecida a região, levou a territorialização de 3.423 famílias (INCRA, 2022). Considerando esta especificidade concebemos o território como categoria central de investigação, assim analisando os desdobramentos territoriais produzidos pelos projetos de assentamentos rurais, pois entendemos o mesmo a partir das relações sociais específicas que repercutem no espaço ao longo do tempo. Nossa concepção está baseada em Raffestin (1993) e Oliveira (1999), que compreendem o território a partir da perspectiva da luta de classes, pois nele está a fonte do movimento responsável pela expropriação e apropriação de frações do território (OLIVEIRA, 1999).

Assim sendo, a pesquisa se desenvolveu à luz da concepção teórica que entende a questão agrária brasileira como ainda não resolvida. Diante do amplo referencial estamos alicerçados nas contribuições de Oliveira (1996, 2004 e 2010) e Martins (1981, 2011), que compreende o campesinato como classe social inerente ao capitalismo, que nasce e se reproduz dentro do sistema hegemônico. Partindo desta concepção, destacamos também as considerações de Shanin (2008), acerca das especificidades do modo de vida camponês. Todavia, nossa reflexão acerca das classes sociais no capitalismo, bem como sua inerente contradição, parte das análises de Marx (2017). Outros compuseram o referencial deste trabalho, sobretudo para pensarmos os desdobramentos da criação dos assentamentos rurais para além do campo, a saber: Leite e Ávila (2007); Leite *et al* (2004); Hespanhol (1996); Sauer (2005); Paulino (2006); Zamberlam e Florão (1991).

A partir do parâmetro teórico explicitado, a investigação geográfica se concretizou na pesquisa empírica alicerçada pelo caminho metodológico do diálogo com a teoria, articulando-a com os dados obtidos no campo e na cidade. As ferramentas para a coleta de dados primários foram entrevistas estruturadas e semiestruturadas, orientando na busca de elementos comprobatórios dos desdobramentos territoriais gerados pelos assentamentos rurais criados pelo INCRA. Essa fase ocorreu entre 2017 a 2019, momento em que foram visitados 43 lotes, em 11 projetos de assentamentos rurais situados na região em estudo.

Pelas fontes orais, constituídas na experiência do trabalho de campo, registramos, a partir do próprio sujeito, a história particular e coletiva dos protagonistas que na luta de classes constroem sua fração do território. Esse recurso científico possui, segundo Portelli (1997, p.131), elemento precioso para a apreensão das subjetividades das classes subordinadas, isto é, das classes não hegemônicas. Além das fontes orais, a pesquisa contou também com informações de 125 famílias assentadas em 21 assentamentos rurais, localizados em oito dos 11 municípios da região. Trata-se de um amplo banco de dados quantitativos gentilmente disponibilizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina relativo ao cadastro rural dos assentamentos da Reforma Agrária.

A compreensão dos desdobramentos para além dos assentamentos rurais passa pela análise da relação dialética campo-cidade, razão pela qual a pesquisa não se limitou apenas aos assentados. Por isso, foram entrevistadas 29 pessoas nas cidades de Andradina, Castilho, Itapura, Mirandópolis e Nova Independência; dentre elas, representantes de lojas agropecuárias, gerentes de supermercados, assistentes sociais dos departamentos municipais de promoção social, pessoas beneficiárias dos produtos entregues pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/Andradina), fornecedor de internet nos assentamentos, representantes da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), funcionários da Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina e clientes das feiras da região.

Concomitante às entrevistas e informações dos lotes, utilizamos dados dos Censos Agropecuários e da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do INCRA, do portal de transparência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Instituto Econômico Agrícola (IEA) e dos municípios. O MST, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Fundação Sistema Estadual de Análise dos Dados (SEADE), também se constituíram em fontes de informações.

As concepções teóricas-metodológicas em conjunto com as informações obtidas resultaram no presente trabalho. Assim, identificamos as dinâmicas virtuosas repercutindo para além do campo, traduzidas em transformações lastreadas na fração do território camponês com alcance benéfico na cidade. Desse modo, mostramos como as desapropriações das fazendas improdutivas ativaram novas dinâmicas territoriais, dada a transformação de sem-terra em consumidores de bens e serviços e, como consequência deste processo, as mudanças nas relações de poder local, com efeito significativo ao município de Andradina.

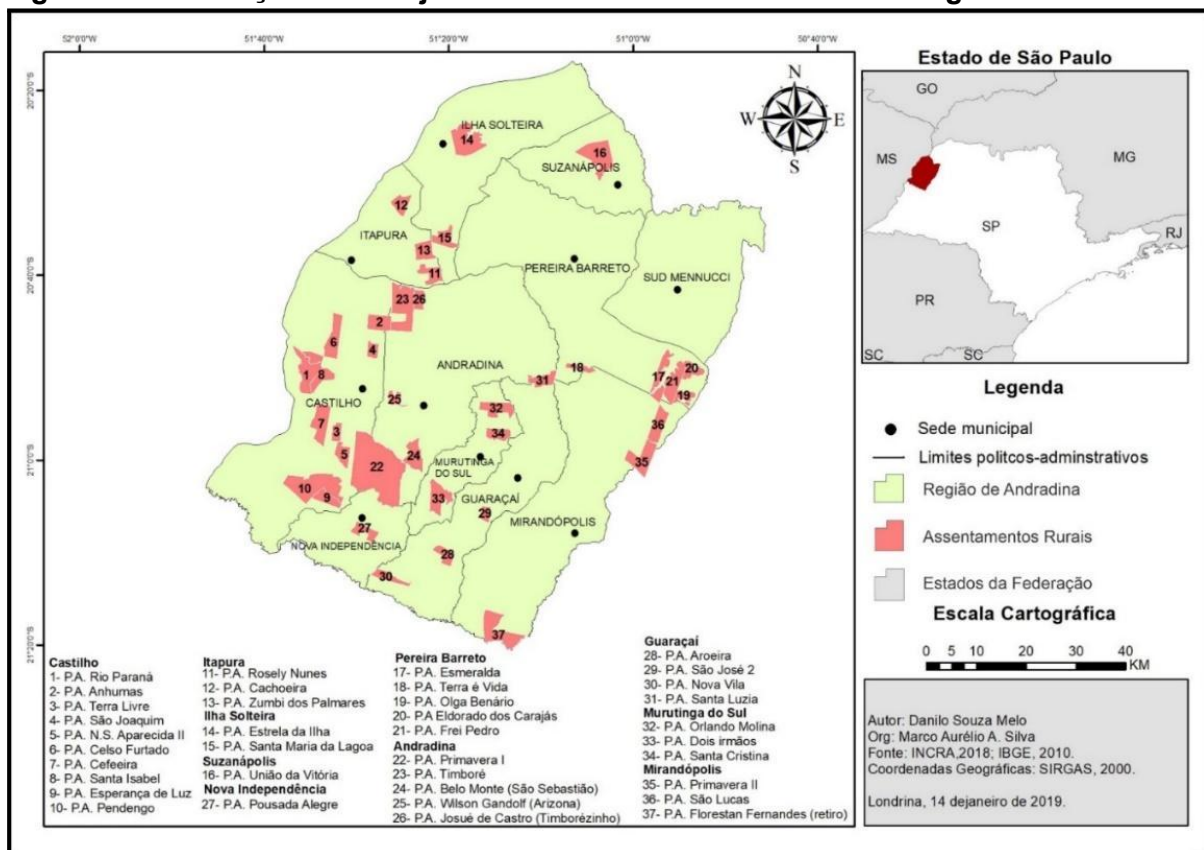
De Sem-Terras a consumidores: demanda por bens e serviços

A luta pela terra na Região de Andradina, intensificada pós década de 1970, pressionou o Estado a desapropriar o latifúndio improdutivo, criando assim 37 Projetos de Assentamentos Rurais. Esta luta, tendo no MST/Andradina seu principal organizador, levou a territorialização de 3.423 famílias (INCRA, 2020). A região situada no estado de São Paulo e a distribuição dos assentamentos rurais podem ser observados na Figura 1.

ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DE ANDRADINA: DESDOBRAMENTOS PARA ALÉM DO CAMPO

A título de contextualização, dos 5.593 estabelecimentos rurais recenseados pelo último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), os lotes (3.423) dos assentamentos representam 61,20%. Considerando a área total da região (688.949 ha), os assentamentos rurais, com 63.879 ha (INCR, 2019), correspondem a 9,2%. Se considerarmos apenas a área (491.381 ha) dos estabelecimentos declarados, veremos que os assentamentos dominam 12,9%.

Figura 1: Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais na Região de Andradina.



Fonte: IBGE, 2020; INCR, 2020. Organizado pelo autor.

Na Região de Andradina, devido às condições históricas da formação territorial, a propriedade capitalista monopoliza grande parte das terras, elucidando assim, a concentração da posse da terra e o uso da mesma, como cerne da questão agrária local. A configuração fundiária atual da região pode ser confirmada a partir do Censo Agropecuário do IBGE (2017). Ao somar as classes de áreas até 100 hectares, observamos que 5.081 estabelecimentos (90,8%), dominam 17,9% da área agricultável; considerando até 20 hectares, 72,8% dos estabelecimentos dominam apenas 9% da área. Na outra ponta, os 132 estabelecimentos com mais de 500 hectares, isto é, apenas 2,4%, ocupam nada menos que 65,3% da área declarada pelo IBGE.

Conforme observou Martins (2011), a desigualdade histórica na distribuição da terra está intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois a terra concentrada tem sido possibilidade de extração da renda social. Por isso o capitalismo tardio no Brasil

dispensou a Reforma Agrária. Como contradição deste modelo, a luta pela terra na região, protagonizada pelos camponeses sem-terra e por trabalhadores da cidade, levou à territorialização e à (re) criação do campesinato. As informações do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), como destacado, revelam a manutenção do regime de monopólio fundiário, mesmo após a criação dos 37 assentamentos rurais. Entretanto, mesmo dominando pequena fração do território, os assentamentos representam o encontro do campesinato com a terra, minimizando parte da exclusão produzida pela propriedade capitalista.

Para Leite e Ávila (2007), a concentração fundiária promove uma barreira à promoção social e justiça, excluindo desse direito milhares de famílias, por isso, a democratização da terra repercute, portanto, como ativo econômico. Para além dos limites territoriais das áreas reformadas, as comunidades do entorno desses projetos também são afetadas pelas dinâmicas produzidas nos assentamentos. As transformações não se restringem apenas à potencialidade e à diversidade da produção camponesa, ainda que ela seja responsável pela inserção dos assentados no mercado local e regional.

A formação dos assentamentos transformou sujeitos marginalizados economicamente em assentados produtivos, desse modo, a riqueza gerada na terra de trabalho atinge de forma ativa os mercados locais. Assim, como lembrou um dos principais estudiosos do campesinato: “[...] cada unidade [camponesa] está envolvida, de alguma maneira, com o mercado; pelo menos tem que vender parte de seu produto para pagar impostos e comprar alguns bens industriais, incluindo equipamentos agrícolas”. (SHANIN, 1983, p.162, tradução nossa).

Para Shanin (1983), não se pode negar a participação das unidades camponesas nas transações mercantis. Na busca de satisfazer as necessidades da família, a relação com o mercado torna-se relevante, uma vez que esses sujeitos não produzem todos os bens necessários às suas vidas. Lembramos que esses sujeitos eram, em sua maioria, excluídos economicamente, como se observa na fala do assentado, Sro. L.:

Nossa Senhora, se não fosse a reforma agrária. Quando nós entramos aqui, entramos com uma mão na frente outra atrás. No começo eu trabalhei dois anos como safrista na usina, isso me tirou o primeiro ano do vermelho. Tava devendo, tudo é começo, não tinha da onde tirar dinheiro. Eu tinha aposentado naquele ano. Eu só tinha aquilo. Trabalhei o primeiro ano na usina e o segundo. Ai eu pus a conta em dia, Deus me ajudou, fui colhendo, ai tô vivendo só do sítio aqui. (P.A. Esperança de Luz, Castilho; jan. 2018).

A Tabela 1 demonstra as receitas e rendas geradas em 2017 pela agricultura familiar (leia-se camponesa) e pela agricultura capitalista.

Tabela 1: Receitas e rendas na agricultura familiar e agricultura capitalista na Região de Andradina (Mil Reais) (2017).

<i>Tipologia</i>	Agricultura Familiar	Agricultura Capitalista	Total
------------------	----------------------	-------------------------	-------

	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
<i>Produção (Estabel.)</i>	136.401	11,9	1.011.718	88,1	1.148.118
<i>Outras Receitas (Estabel.)</i>	10.630	39,3	16.418	60,7	27.048
<i>Outras</i>	48.309	36,3	84.969	63,7	133.278
Total de Receitas	195.340	15%	1.113.105	85%	1.308.445

Fonte: Censo Agropecuário, 2017 (IBGE). Org. pelo autor.

Verificamos na tabela que de toda a riqueza gerada nos estabelecimentos, 15% foi oriunda da agricultura familiar camponesa. Um olhar superficial para essas informações pode reforçar o discurso da inviabilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais e da própria agricultura camponesa, mas é preciso lembrar que essa dispõe de 15,5% (76.249 ha) da área declarada da região, deste, 63.879 hectares (83,7%) é a fração do território dominada pelos assentados.

Ao dividirmos a receita e a renda total pela área dominada pela agricultura familiar, veremos que cada hectare produziu R\$ 2.561,86. Por outro lado, a agricultura capitalista gerou R\$ 2.681,32 por hectare, apenas R\$119,46 a mais. Considerando a diferença tecnológica empregada na produção, assim como o acesso ao crédito e o preço final ao produtor, verificamos competitividade similar entre classes sociais tão desiguais do ponto de vista do acesso às condições objetivas para produzir. O importante é destacarmos com a análise desses dados é que a riqueza gerada na agricultura familiar camponesa circula na escala local, enquanto a da agricultura capitalista pouco contribui com os pequenos mercados. Essa riqueza produzida pelo trabalho da própria família é apreendida como renda camponesa, sendo revertida em bem-estar da família. Portanto, a transformação do latifúndio em assentamentos é relevante também para a cidade, pois a área hoje ocupada pelas 3.423 famílias pertencia a 37 famílias cuja importância para a economia local pode ser inferida pela razão da desapropriação: a improdutividade.

A inclusão social e produtiva provocada pelo assentamento está explícita na fala do Sr. D., Assentamento Pousada Alegre (jan. 2018), em Nova Independência:

Tirou muita gente da fome. Antigamente a gente não chegava perto [comércio], hoje vai querer uma coisa as portas estão abertas. Comércio ou que você for comprar, alguma coisa que às vezes nem tem, aí vai e faz compra, é bem recebido, parcela as coisas. Apresentar a nota produtora já é grande coisa, uma garantia. Antes isso não tinha, eles nem olhava.

Em relação à inclusão produtiva dos assentados via criação do assentamento, Paulino (2006, p. 70) enfatiza:

Ao viabilizar a inclusão produtiva da maior parte dos membros das famílias, o assentamento representa um aquecimento importante no comércio local, onde passam a adquirir desde alimentos até bens de consumo duráveis [...]. Além disso, a própria ocupação produtiva da terra traz reflexos positivos para a cidade. Afora a produção de alimentos, a atividade pressupõe a

utilização de insumos e instrumentos de trabalho, via de regra adquiridos no comércio local.

A inserção dos assentados na escala local é mediada pela produção, desse modo, ela assume dupla funcionalidade no lote, pois os produtos consumidos internamente “têm o caráter de valores de uso”, já o levado ao mercado, seja qual for o canal, “torna-se valor de troca” (SANTOS; FERRANTE, 2003, p. 46) para com o dinheiro obtido comprar o que não se produz. Segundo Ploeg (2016, p.72), “Na agricultura camponesa o mercado [geralmente o local] é, acima de tudo um varejo”, apesar de inserida nele, o mesmo não interfere diretamente na organização interna da unidade doméstica.

Em pesquisa realizada nos projetos de assentamentos rurais no estado de São Paulo, Santos e Ferrante (2003) destacaram que a compra de alimentos beneficiados ou industrializados nos centros urbanos é uma prática presente nos assentamentos rurais, sendo óleo, açúcar e sal os produtos mais comprados. Entretanto, os autores identificaram que o consumo do assentado no mercado local vai além dos alimentos industrializados, fato que pode ser observado na fala da Dona I., do P. A. Celso Furtado, em Castilho: “A gente vai na cidade pagar uma conta de luz, em Castilho. Às vezes eu gosto de ir comprar alguma coisa pra dentro da casa, coisas assim, materiais. Daqui lá dá uns 18 [quilômetros]. No mercado, eu gasto em média R\$ 450,00, farmácia eu não gasto praticamente quase nada” (jan. 2018).

A cidade é o lugar de pagar as contas, de comprar bens para casa, ou seja, são vários gêneros comerciais frequentados pelos assentados. A diferenciação do campesinato reflete também nos gastos, assim sendo, alguns assentados relataram: “[...] Fica 1.500 reais, tem vez que fica até mais. O dia que chega às visitas aí aumenta mais”. (Sr. D., P. A. Pousada Alegre, em Nova Independência; jan. 2018). Identificamos também os assentados com gastos menores, em vista da importância da produção para o autoconsumo:

Nós compra mais em Andradina, lá é mais barato. Tem vez que fica 500, 400. Tem muita coisa que a gente tira daqui, dá para tirar o leite, uma abobrinha, tem ovo, a horta, fruta. Ração pro gado a gente gasta uns 300 reais”. (Dona R.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Santos e Ferrante (2003) verificaram que a compra de gêneros alimentícios pelos assentados não ocorria a cada mês, pois os mesmos estocavam os produtos não perecíveis; a distância foi apontada como um dos motivos. No entanto, a compra de grande parte dos assentados analisados neste trabalho ocorre mensalmente, reforçando assim sua participação nos mercados locais. A importância dos assentados enquanto consumidores de gêneros alimentícios, é revelado pelo interesse dos supermercados. Ao estudar o P. A. Primavera II, em Mirandópolis, Arlindo (2015) observou que os supermercados fretavam ônibus para buscar os assentados, garantindo assim que os mesmos fizessem compras no

estabelecimento. Na atual pesquisa não encontramos essa prática no município citado, porém os assentados continuam sendo alvo de disputa entre os mercados, que agora apenas levam a compra aos assentamentos rurais. Sobre essa prática, o Sr. M., gerente de uma rede de supermercado, explica:

No passado eles [assentados] precisavam vir até o mercado fazer compra e não tinha uma maneira disso. Então o mercado fretava o ônibus naquela oportunidade, as pessoas vinham fazer compras e voltavam para o assentamento. Nessa oportunidade eles aproveitavam para pagar as contas, para resolver todos os conflitos que eles tinham na cidade. Na medida em que o tempo foi passando, o comportamento delas mudou. Acredito que muitos começaram a vir com carro próprio. Então nós tiramos o ônibus (Mirandópolis, jul. 2019).

Esse contexto, de acesso ao meio de transporte próprio, coincide com maiores recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre os anos de 2013 e 2014. Destacamos ainda, que parte dos assentados se relaciona com os supermercados vendendo parcela da produção ao mesmo tempo que é consumidor. Em relação ao assentado, enquanto fornecedor de alimento, o gerente comenta:

A gente vive em uma cidade onde a agricultura familiar impera bastante, as pessoas têm um pedacinho de terra, produzem ali, seja fruta, seja ovo, então eles têm uma produção. E a gente tem por hábito adquirir esses produtos. Todos os produtos da nossa região, ou da cidade pelo menos, desde que esses produtos sejam especificados, a gente entende como ele é cultivado, a gente então adquire o produto e revende no mercado. (Sr. M. Mirandópolis, jul. 2019).

Ainda segundo o representante, o mercado entrega mensalmente a compra de 80 famílias assentadas em Mirandópolis, município da região. Essa relação mostra que a transferência da renda gerada no chão do assentamento ocorre em dois processos distintos: o primeiro é pelos processos explicados por Martins (1981) e Oliveira (2004, 2010), com a sujeição da renda da terra ao capital. A outra fração é apropriada no momento de comprar produtos não produzidos por eles. Contudo, neste *modus operandi* o capital se nutre das relações não-capitalistas de produção, subjugando a riqueza sem expropriar os assentados.

Em Nova Independência, os assentados também mantêm essa relação, de fornecedores e consumidores. De acordo com o gerente do supermercado, 80% do abastecimento é feito por compra na CEASA, os outros 20% são de produtores rurais locais, principalmente dos assentamentos do município. Quando perguntado se os assentados compram no mercado, o mesmo afirmou que aproximadamente 20% são do assentamento e o restante, da própria cidade. Neste contexto, Leite *et al.* (2004, p. 259), ressaltam que os assentamentos provocam dinamização econômica nos municípios pelo significativo número de novos produtores que entram no mercado local. Ainda segundo pesquisa dos autores,

com o aumento da oferta de alimentos, os assentados “[...] aumentaram sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral.”

Como destacado, os assentados também são importantes consumidores das lojas agropecuárias. Nas entrevistas os assentados citaram várias lojas agropecuárias da Região de Andradina, sendo que algumas dessas lojas os mesmos têm cadastro, o que significa comprar no crediário: “[...] Eu compro em Mirandópolis, na NUTRIBEM, o foco é a NUTRIBEM. Tenho até o cadastro lá. Pode marcar, mas eu nunca comprei marcado” (Dona T., P. A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018). As despesas informadas no Censo Agropecuário (2017), conforme demonstrado na Tabela 2, contribuem para referendar a participação da agricultura familiar camponesa na dinâmica local.

Tabela 2: Despesas dos estabelecimentos rurais na Região de Andradina (2017).

<i>Tipologia</i>	Agricultura Capitalista		Agricultura familiar	
	Valor (R\$)	R\$/ha	Valor (R\$)	R\$/ha
<i>Adubos e corretivos</i>	152.869.000	368,24	6.006.000	78,76
<i>Sementes e mudas</i>	10.689.000	25,74	2.157.000	28,28
<i>Compra de animais</i>	47.153.000	113,58	22.018.000	288,76
<i>Medicamentos (animais)</i>	7.323.000	17,64	4.456.000	58,44
<i>Sal, ração e outros</i>	38.650.000	93,10	14.773.000	193,74
<i>Compra (máquinas e veículos)</i>	35.302.000	85,03	4.621.000	60,0
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	112.727.000	271,54	7.512.000	98,51
TOTAL	404.713.000	974,90	61.543.000	807,13

Fonte: Censo Agropecuário, 2017 (IBGE). Org. pelo autor.

Conforme explicitado na tabela, a agricultura capitalista gastou um montante de R\$404,7 milhões, enquanto o gasto da agricultura familiar camponesa foi de R\$61,5 milhões. É necessário ficar atento nessa análise, para não reproduzir a narrativa de que a agricultura capitalista é: “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”. Assim sendo, concordamos com Paulino e Almeida (2010, p.33), quando afirmam: “[...] a grande propriedade, independentemente dos índices de produtividade, concentra consumo e produção por uma questão de escala”. Portanto, esses números se explicam pela concentração fundiária, pelo aporte técnico e, também, por abocanhar a maior parte do orçamento dos Planos Safras.

Ao analisar as despesas por hectare (Tabela 2), identificamos a superioridade da agricultura familiar em quatro itens: sementes e mudas; compra de animais; medicamentos para animais; e gasto com ração e outros. Os gastos com compra de veículos e combustíveis, bem como adubos e corretivos foram mais expressivos na agricultura capitalista. Em relação aos gastos com adubos e corretivos, a agricultura capitalista despendeu R\$368,24 a cada hectare, enquanto na unidade camponesa essa despesa representou R\$78,76 por hectare.

Os números revelam o acesso privilegiado da grande propriedade a esse tipo de insumos; do mesmo modo, à mecanização que juntas respondem pela produtividade aferida. Entretanto, tais bens pouco contribuem com os pequenos estabelecimentos comerciais. A agroindústria canaveira, hegemônica na região, é o melhor exemplo, pois adquire a maior parte dos insumos nos grandes centros e nas grandes cooperativas da região localizadas apenas em três municípios: Andradina, Mirandópolis e Pereira Barreto. Por outro lado, o consumo do camponês se dá na escala local, dinamizando, principalmente, os pequenos estabelecimentos. Essa participação pode ser identificada na compra de animais, sal e ração.

Averiguamos que quanto menor a loja agropecuária, maior é a importância do assentado, como confirma a fala do dono do Comércio de Insumos Agrícolas e Agropecuários (CIAPEC)¹, em Mirandópolis, quando perguntado sobre os clientes da loja: “A maior parte é Sem-Terra do INCRA. 80% é do pessoal do INCRA. Cana assim é só para a grande cooperativa, a gente só pega os pequenos mesmo” (jul. 2019). Questionado sobre os assentamentos do município, o dono da loja responde: “Eles movimentam bem no geral, mercado, farmácia, em todos os sentidos”.

No município de Castilho, o representante da CASTIFERTIL, maior loja agropecuária da cidade, afirmou que atualmente 60% dos consumidores da loja são da cidade e 40% do campo. Destes 40% do campo: “Mais de 90% é assentado, em Castilho aqui é pouca gente mexendo com gado, é só cana mesmo, fazenda mesmo é só cana” (Castilho, out. 2019). Tanto os responsáveis da CASTIFERTIL quanto da CIAPEC ressaltaram as consequências do avanço da monocultura canaveira sobre o pequeno estabelecimento. Além de varrer do campo os camponeses e trabalhadores rurais, de não cumprir a função social da terra determinada o Artigo 186 da Constituição Federal de 1988, de inviabilizar a produção dos camponeses pela pulverização de agrotóxico, essa atividade pouco contribui com a dinâmica local.

Em contrapartida, a participação do assentado é visível no dia em que recebem pelo leite entregue às cooperativas de comercialização: “[...] o dia do pagamento deles [pagamento do leite] muda o movimento da cidade. O pagamento de leite não é só o comércio aqui, você anda na rua o pessoal do sítio dá uma movimentada na cidade” (CASTIFERTIL, out. 2019). Nesse dia, os assentados vão fazer compras nos supermercados e lojas agropecuárias. Aproveitam também para outras atividades, como pagar contas, ir à farmácia etc. Toda essa dinâmica gerada mostra a importância da atividade leiteira ao camponês. Mesmo sendo uma atividade de trabalho intensivo, pois

¹ A loja foi fundada em 1994, antes da implantação dos assentamentos no município de Mirandópolis.

necessita de mais cuidados, o leite garante mensalmente uma renda mínima, que nos dias do pagamento passa a circular no mercado local.

Para Hespanhol (1996, p. 216-217), “[...] a dinamização da economia da Região de Andradina depende estritamente da exploração efetiva da terra e da agregação de valor aos produtos da agropecuária através da atividade agroindustrial”. Desde a pesquisa citada, as transformações mais significativas na região foram: a expansão da cana-de-açúcar, mas também, a criação dos 37 assentamentos rurais. Mas isso não retirou a importância do setor primário, que continua indispensável, sobretudo aos municípios menores.

Na área estudada, Andradina é o único município com população acima de 50 mil habitantes. Castilho, Ilha Solteira, Mirandópolis e Pereira Barreto possuem entre 20 a 30 mil. Já Guaraçai, Itapura, Murutinga do Sul, Nova Independência, Sud Mennucci e Suzanópolis, contam com números abaixo de 10 mil (SEADE, 2020). Essas informações não determinam sua dependência ao setor primário, apenas contribuem com a caracterização regional. Portanto, nos municípios menores a presença do assentado na dinâmica local é mais significativa, sua participação ou não é mais sentida. A movimentação gerada na cidade com a ida dos assentados foi, também, destacada pelo dono de uma pequena loja no município de Itapura, segundo o qual 60% das vendas da loja são oriundos dos assentamentos, o que, em sua avaliação, foi fator de aquecimento do comércio local. Para o entrevistado, o dia da feira, realizada às quartas, gera movimento na cidade como um todo, pela oferta de alimentos agrícolas vendidos pelos feirantes, mas também, pelo fato de que nesse dia eles vão à cidade e “aproveitam para fazer tudo”. A prefeitura de Itapura disponibiliza ônibus para buscar os assentados. No entanto, há, de acordo com o Sr. Z., um movimento dos comerciantes locais solicitando a disponibilização do ônibus mais vezes na semana.

Em 2018, Itapura contava com 4.804 habitantes (SEADE, 2020), sendo 3.839 residindo na cidade e 965 no campo. Os três Projetos de Assentamentos (P.A. Rosely Nunes; P.A. Cachoeira e P.A. Zumbi dos Palmares) somam juntos 233 famílias assentadas. Multiplicando, com parâmetro do IBGE (1996) 3,80 pessoas (média por família no campo), os assentados representam 91,7% da população rural. Ainda no ano citado, no município havia 545 empregos formais (SEADE); ou seja, 11,3% da população total. Destes empregos formais, 17,8% estavam no campo; 0,5% na indústria; e, 81,6% no setor de administração pública, comércio e serviços, com destaque para a prefeitura municipal, detendo 56,8% dos empregos. As informações mostram um município com setor industrial inexistente, e com a administração municipal sendo responsável pela maior contribuição em ocupações. Entretanto, devemos considerar a renda gerada no campo, pois ela interessa aos comerciantes. A disponibilidade de ônibus para buscar os assentados para participar da feira

e “fazer tudo” é a garantia da circulação de dinheiro no mercado local. Nesse sentido, valem os apontamentos de Oliveira (2010, p.59) sobre a força da agricultura familiar no Brasil:

[...] a grande maioria dos trabalhadores no campo estão situados nos pequenos estabelecimentos, e fazem do trabalho familiar a essência da riqueza produzida, logo para que se faça justiça a bem da verdade, há que se reconhecer a sua importância política no conjunto das forças que formam o campo brasileiro.

Quando perguntado sobre as fazendas, o Sr. Z., de Itapura, foi enfático ao dizer que as mesmas pouco contribuem e acabam indo para Andradina (SP) e Três Lagoas (MS), maiores cidades próximas. Dessa maneira, as riquezas oriundas da exploração direta do trabalho assalariado, bem como a renda da terra circulam em outros lugares, deixando para o município os passivos sociais e ambientais da agricultura capitalista. Averiguamos também a participação dos assentados nas lojas maiores, como é o caso da DURAN Produtos Agrícolas em Mirandópolis, que atende a região: “Atendo não só produtor, muita gente da cidade também: dona de casa, eletricitista, carpinteiro, pedreiro, esse povo tudo é cliente. Aí tem Sem-Terra, tem o pequeno, tem o médio, tem o grande”. De acordo com o proprietário, ampliar a tipologia dos consumidores, não ficando restrito aos produtores rurais, resulta das transformações que o aumento da cana-de-açúcar provocou.

Desde de 1987 que estou no mercado. Na época a realidade do município era outra, 100% agricultura, tinha muita pecuária. E tinha só cooperativa, não tinha revenda, então foi montada uma revendedora de insumos agrícolas. Com o passar do tempo, com a mudança da região a agricultura diminuiu e aí eu tive que mudar, senão ia ficar pra trás. Foi a 12 anos que mudei o foco da empresa. A mudança foi porque entrou a monocultura da cana, os pequenos se sentiram desestimulados, não pela monocultura da cana, pois uma coisa não tem nada a ver com outra, por que a monocultura da cana é para o grande proprietário, o pequeno ele está aí até hoje. Mas, é em questão de preço. (DURAN, Mirandópolis; jul. 2019).

A mudança da loja, buscando a clientela cidadina deriva da alteração produtiva causada pela monocultura da cana. Todavia, ampliar a tipologia dos clientes em função desta atividade revela sua não participação de forma efetiva no consumo das lojas maiores. A respeito da venda para os assentados, o dono da loja explana:

No faturamento mensal da empresa acho que uns 10%. O gasto deles também é bem pouco. Eles são limitados financeiramente falando. Eles compram produtos variados, desde produtos para a irrigação, mangueira, aspersor, um defensivo agrícola, pouquinho coisa. (Mirandópolis; jul. 2019).

No decorrer da pesquisa, identificamos por parte de alguns comerciantes certo incômodo ao falar dos assentados, chamados por eles de “Sem-Terra”. Reconhecer a participação dos assentados, enquanto consumidores, não significa ser favorável à política

de Reforma Agrária; pelo contrário, observamos certa resistência em relação a esses sujeitos. A defesa da propriedade como bem sagrado reforça o incômodo em relação aos assentamentos, em consonância com a criminalização por parte do Estado e a marginalização do movimento de luta pela terra disseminado pela mídia burguesa.

Advogar a favor da propriedade privada, assim como atacar a política de Reforma Agrária estão inseridos na falácia de um modelo de agricultura gerador de riquezas. Após tecer elogios à agroindústria canavieira, ao final da entrevista, o dono de um estabelecimento declara: “O capitalismo é o caminho”. Toda a narrativa da inviabilidade econômica da Reforma Agrária e da importância do “Agro” para a economia nacional oculta a lógica por detrás desse modelo: o monopólio fundiário como mecanismo garantidor de fração da mais valia social e do lucro extraordinário. O discurso a favor desse modelo permeia inúmeros setores da sociedade, e não apenas aos verdadeiros beneficiados. Paulino (2011, p.102), destaca dois grandes grupos que advogam a favor da agricultura capitalista:

O primeiro é o mais redundante e factível no plano do senso comum, povoando o discurso da classe proprietária e de seus partidários ocupados em forjar púlpitos em toda parte, da mídia à escola. A retórica do segundo é mais elaborada, compatível com o lugar de onde é disseminado, a ciência, especificamente aquela que se pretende neutra, por isso o desdém aos propósitos que obstruem o circuito da renda capitalizada da terra em nome de uma racionalidade e eficiência a ser posta em questão.

Sendo assim, o que levaria comerciantes de pequenas cidades, mais próximos da classe trabalhadora do que das grandes corporações capitalistas, a defenderem esse tipo de agricultura? A refutar a relevância das políticas de assentamentos rurais das quais se beneficiam? No fundo dessa questão está a distinção de classe intrínseca à construção do território capitalista, pois o próprio debate histórico sobre a Reforma Agrária e a sua não realização refletem essas diferenças.

Para Paulino (2011), a melhor maneira de reconhecer as classes sociais foi ensinada por Marx, por isso é necessário situar essa questão no próprio autor.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista. (MARX, 2017, p. 948):

Acerca das classes sociais, Marx (2017, p.948) advertiu: “[...] nem mesmo nesse país [Inglaterra] a divisão de classes se mostra com toda a nitidez. Também lá suas linhas de demarcação aparecem encobertas por graus intermediários e de transição.”. Nesse sentido, elucidamos ainda a condição do campesinato, como classe criada no seio do

capitalismo, com características singulares, é proprietário da sua força de trabalho e da propriedade da terra.

A partir dessas contribuições, Paulino (2011, p.110) comenta que, na realidade, dificilmente se encontrará uma classe em estado puro. Além de conflitos há também convergências de interesses que culminam em alianças e narrativas. Nesse ponto é possível entender a defesa de alguns setores a favor do agro e o ataque ou desdém aos assentados.

A possibilidade de extração da renda da terra e/ou a mais-valia é o cordão que une proprietários de terra e demais capitalistas, grandes ou pequenos. Desse modo, “[...] nos confrontos de classe seus oponentes são os camponeses e os trabalhadores que, por sua vez, travam lutas distintas, sem que isso signifique estar em outra trincheira” (PAULINO, 2011, p.111). Como a divisão de classe não se apresenta com “nitidez”, dos dizeres de Marx (2017), as narrativas são por vezes contraditórias, ora colocando a expansão da cana como responsável pelas indesejáveis mudanças na agricultura local, ora como modelo importante ao país.

Refletir sobre a participação dos assentados na dinâmica local, analisando o comércio que atende essas demandas, requer a apreensão do campo-cidade como unidade dialética. Apesar de suas diferenças, ambos constituem uma totalidade fundamental ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Acerca dessa concepção, Oliveira (1996) pontua que campo e cidade formam uma unidade contraditória, possuindo relação intrínseca. No entanto “[...] essa unidade contraditória não elimina suas diferenças, ao contrário, aprofunda-as tornando cada um mais específico, porém, cada vez mais portador de características gerais de ambos.” (OLIVEIRA, 1996, p. 27).

Longe de um olhar dicotômico, entendemos que campo, assim como cidade, possuem peculiaridades, não são excludentes, são de fato indissociáveis, por isso devem ser pensados no cerne do processo contraditório que os une. As singularidades são soldadas por vários fatores. A cidade é a morada dos boias-frias; a industrialização dos produtos do campo pode ser feita pelas pessoas que habitam a cidade; as greves de trabalhadores do campo e manifestações dos movimentos sociais que lutam e reivindicam a Reforma Agrária são feitas principalmente na cidade; a produção agrícola é consumida no campo e na cidade; a renda fundiária extraída no campo se realiza na cidade; assim como é na cidade que o camponês transforma parcela da sua produção em dinheiro.

Para Oliveira (1996), os processos contraditórios e desiguais do capitalismo têm eliminado a separação existente entre campo-cidade e rural-urbano. Desse modo, são inúmeros os fatores reafirmando a relação, a indissociabilidade entre ambos. A produção camponesa carrega essa especificidade, como apontou Guibert (2009) e Fontoura (2009).

A própria característica do campesinato, enquanto produtor especializado, o faz adquirir bens que fogem a sua produção. Além de produtos industrializados, precisa de

instrumentos e outros serviços importantes nas cidades. Portanto, uma maneira de evidenciar a importância dos assentamentos para a dinâmica das pequenas cidades é correlacionar o momento de sua criação com a constituição de lojas de insumos e comércios correlatos.

O primeiro assentamento criado pelo INCRA na Região de Andradina foi no início da década de 1980. A partir daí observamos que, na medida que as famílias foram sendo assentadas, foram surgindo as lojas agropecuárias, com destaque para a década de 2000 (Quadro 1).

Quadro 1: Famílias assentadas e abertura de casas agropecuárias (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) na Região de Andradina (1981 a 2017).

	1981 a 1990		1991 a 2000		2001 a 2010		2011 a 2017	
	Fam.	Empr.	Fam.	Empr.	Fam.	Empr.	Fam.	Empr.
Andradina	280	3	171	1	172	18	---	19
Castilho	88	---	---	---	865	9	---	10
Guaraçai*	79	2	---	1	126	225	---	147
Ilha Solteira	---	---	---	---	285	4	---	6
Itapura	---	---	---	---	233	4	---	2
Mirandópolis	---	---	---	---	173	48	210	32
Murutinga do Sul	---	---	77	---	180	58	---	12
Nova Independência	---	1	---	---	60	7	---	6
Pereira Barreto	85	---	---	1	200	14	---	7
Sud Mennucci	---	---	---	1	---	14	---	21
Suzanápolis	---	---	---	---	155	6	---	3
R. Andradina	532	6	248	4	2.449	182	210	94

Fonte: Cadastro Central das Empresas (IBGE). * Os números fogem à curva dos demais municípios e da realidade do próprio município, assim, a entender que se trata de erro da plataforma, desconsideramos as informações.

Entre 2001 e 2010, houve a criação de 29 projetos, com 75,6% de todas famílias assentadas. Nesse período foram cadastradas 182 casas agropecuárias. Com exceção do município de Andradina, todos os outros tiveram aumento significativo desses estabelecimentos.

Mesmo cessando a implantação de novos assentamentos, verificamos a constituição de novos comércios do gênero, o que permite supor que os sujeitos da Reforma Agrária constituem demanda relevante ao segmento. O período de maior número de famílias assentadas e de criação dessas lojas foi também o de grande expansão da monocultura da cana-de-açúcar, o que reforça a tese da importância dos camponeses assentados na relação campo-cidade, uma vez que agroindústria canavieira pouco contribui para a dinâmica local. A respeito da relação dos assentamentos com a criação das casas agropecuárias, um assentado esclarece: “Em Castilho, tirando uma loja que tem lá [Castifertil], as outras surgiram por conta dos assentados. A dele cresceu muito do que era

antes, era uma portinha pequeninha, hoje é enorme. Cresceu muito por conta dos assentamentos e surgiu outras” (Sr. V., P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

Considerando a potencialidade dos assentados, que no limite da reprodução social contribuem substancialmente em diversos aspectos do campo e da cidade, concordamos com Marques (2002, p.110), quando destaca:

[...] o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como o apartheid social. Um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação.

Ao identificar a capacidade dos assentados pelas demandas dos produtos agropecuários, a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), principal cooperativa da região, criou uma loja na cidade de Andradina. No início, começou a fazer parcerias com outras lojas, que vendiam aos assentados e o preço era descontado em folha no pagamento do leite. Sobre a parceria com as lojas tradicionais de Andradina, o Sr. V. explana:

A gente percebia que eles não baixavam o produto, então a gente pensou: vamos montar nossa própria loja, se for para vender caro, vende nós mesmo e organiza isso. [...] Hoje que a gente tem um pouco de condição de comprar à vista, mas usa recurso de outras vendas, das políticas públicas para fazer uma compra à vista pra loja (COAPAR, Andradina; jan. 2018).

De acordo com o representante, a loja consegue colocar os produtos dentro dos assentamentos bem mais barato, resultado do poder de barganha no momento de comprar as mercadorias. “No nosso tanque² [de leite], o saco de milho está R\$ 43,00 e na cidade está R\$ 55,00. A gente conseguiu baratear bastante. Esse é outro objetivo, de não só colocar o produto perto, mas também a custo baixo” (Andradina; jan. 2018). Uma das preocupações da COAPAR é atenuar as ações do capital comercial, rompendo com as amarras da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2004). É importante destacar que a inserção dos assentados no comércio não se restringe apenas ao próprio município onde se instalou o assentamento. Assim destaca um assentado:

Nova Independência, Andradina, Tupi Paulista, Dracena, é a região. Às vezes não acha em um lugar tem que ir no outro. Compra de tudo, compra pra casa, pro sítio, remédio, tudo. Todo lugar que a gente vai no comércio é

² A COAPAR entrega os produtos comprados pelos assentados no mesmo lugar onde fica o tanque de leite, por isso, a referência da assentada.

bem recebido, por que tem do onde tirar (Sr. D., Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Na fala fica evidente a visibilidade produzida pela inclusão produtiva. Portanto, identificamos nos assentados consumidores de vários produtos e serviços, e não apenas aqueles direcionados às lojas agropecuárias, como se observa na fala a seguir:

Os assentados também consomem muito Internet. Nos assentamentos praticamente todas as casas têm via rádio. As empresas de Andradina, de Ilha Solteira estão instalando. É uma necessidade muito grande por causa do sinal ruim da operadora. Os assentados também consomem em loja de roupa, de alimentos, comércio agropecuário e o comércio de móveis, eletrodoméstico. Eu acho que tem fortalecido muito a reforma agrária aqui na região (Sr. V., P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

A internet tem sido fundamental para os assentados, fortalecendo o contato direto com os consumidores de sua produção. Auxilia também na busca de informações sobre algum tipo de cultivo específico, evitando perdas dentro do lote. Além disso, muitos assentamentos estão distantes dos centros urbanos, fator que implica sinal de celular instável, no entanto a via rádio tem preenchido esse problema, sendo importante meio de comunicação entre os próprios assentados e com o universo fora do assentamento. Em conversa com o fornecedor do serviço no município de Mirandópolis, o mesmo elucida:

Esse pessoal da área rural é esquecido pelas grandes operadoras, ninguém quer investir lá em tecnologia. Então, eu vi essa necessidade das pessoas, não por luxo, mas como ferramenta também. Ela ajuda em trabalho de escola. O agricultor mesmo que trabalha a terra, usa a Internet como ferramenta de pesquisa, sobre adubo, fertilizante, sobre alguma doença que acontece na roça (Régis Informática, Mirandópolis; jul. 2019).

Ao notar a ausência desse serviço no campo e a importante demanda proveniente dos assentados, a empresa instalou torres de internet via rádio em vários assentamentos, garantindo a extração de uma fatia do trabalho excedente dos camponeses. Segundo o entrevistado, a empresa atende assentamentos em Mirandópolis e Pereira Barreto. Esses sujeitos do campo representam 20% dos usuários de Internet fornecida pela Régis Informática, sendo em torno de 180 a 200 usuários/lotes. Considerando o preço médio de R\$100,00, a loja fatura, pelo menos, R\$18 mil atendendo esses lotes. Dessa forma:

O que eles produzem no campo gera renda para eles e essa renda gerada vem gastar na cidade, seja com Internet, com insumos para terras, seja com animais, seja no mercado, também movimentam o mercado de comida. Então uma grande parte do que eles gastam movimentam o comércio daqui (Régis Informática, Mirandópolis; jul. 2019).

A dinâmica produzida pelos projetos de assentamentos rurais, e destacada pelos comerciantes entrevistados, foi sentida já no início de implantação, com a liberação dos

créditos de fomento, de apoio e mesmo do PRONAF. Para Leite *et al.* (2004, p. 126), os recursos mobilizados aos assentamentos repercutem diretamente na capacidade produtiva do assentado, mas também “[...] impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado [...]”. Assim, o total de crédito rural dinamiza os municípios onde os assentamentos foram implantados, pois a circulação desse crédito ocorre na própria localidade, como apontado:

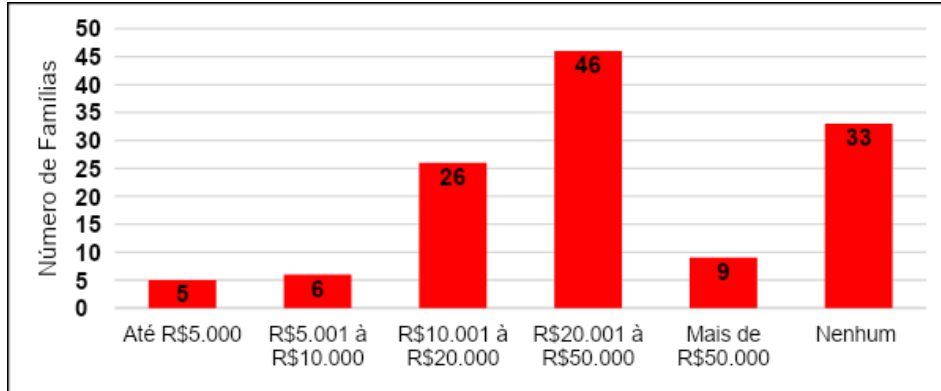
Tudo aqui na cidade, por isso que eu falo, melhora pra gente e melhora pra eles. A gente comprou no BJ um pouco, em Murutinga na Constrular, foi o da habitação. Fazia licitação, onde era mais barato ganhava. A reforma agrária ajuda o que vem pro sítio que nem nós, e ajuda os que ficam na cidade, porque gira o dinheiro lá, gera mais renda. (Dona N.; P. A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. 2019).

Além dos créditos de habitação, foi ressaltado também o dinheiro ganho com o PAA. A título de complementação, apenas em 2014, ano de maior recurso destinado ao programa, 1.122 titulares de famílias assentadas movimentaram R\$ 5,9 milhões na região.

De acordo com o IBGE (2006), 284 agricultores familiares receberam R\$ 2,5 milhões de financiamento oriundo do PRONAF. Tanto o PAA quanto o PRONAF, e tantos outros recursos e rendas obtidas no lote dinamizaram o mercado local por sujeitos antes excluídos produtivamente. Essa passagem, da exclusão à inclusão produtiva possibilitada pela democratização da terra, pode ser analisada na fala da Dona N.:

Como que uma pessoa que nem eu, que era boia fria alavancava esse dinheiro aí? Nunca. No Assentamento tem esses créditos, na cidade cê não consegue isso se você é bóia fria. Nunca ia conseguir um financiamento de R\$ 20 mil, um crédito de R\$ 15 mil pra construir uma casa. Lá pagava o aluguel e urrava (P. A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. 2019).

O efeito da circulação desses recursos atinge outros municípios. A cidade de Andradina é a maior da região, dessa forma exerce certa influência nos municípios menores, pois os serviços disponibilizados são variados. Sobre a proporção de assentados analisados que não tiveram acesso a algum tipo de recurso com a formação do assentamento, observamos, no Gráfico 1, que foram 26,4%. Por outro lado, 44% receberam entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil; e 29,6% receberam de R\$ 5 mil a R\$ 20 mil.

Gráfico 1: Acesso ao crédito após a criação dos Assentamentos Rurais (2018).

Fonte: Trabalho de Campo e Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Andradina.

Leite *et al.* (2004, p. 226) chamam a atenção para a repercussão dos créditos, uma vez que estão acompanhados de uma série de recursos voltados à infraestrutura como escolas, postos de saúde, estradas, ocasionando assim, fluxo monetário maior onde estão situados os assentamentos. A partir dos apontamentos dos autores, destacamos a fala da coordenadora do Assentamento Primavera II, em Mirandópolis, ao comentar sobre a conquista de novos créditos direcionados à reforma das casas, do Programa Nacional de Habitação Rural.

Esse projeto é para reforma, são R\$ 17,2 mil por família. Tem família que recebeu menos, a casa já estava mais terminada. A maior parte pegou R\$ 17,2 mil desde R\$ 6 mil para pedreiro e o restante em material, é gasto em Mirandópolis. Hoje o nosso projeto de 20 casas gera em torno de R\$ 307 mil. (Dona S., P. A. Primavera II, Mirandópolis; dez. 2017).

O acesso a esse crédito promoveu a circulação de R\$ 307 mil no município de Mirandópolis, dinamizando as lojas de material de construção, gerando empregos para os pedreiros. Para Leite (1997), a constituição do assentamento inaugura uma nova dinâmica local, além da produção camponesa, aquece a arrecadação tributária dos municípios. Na mesma perspectiva, Zamberlam e Florão (1991) apontaram a importância dos assentamentos para arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A desapropriação do latifúndio determinou alterações significativas nos municípios onde os assentamentos foram implantados, ainda que esse processo seja pleno de contradições. Além disso, acarretou, também, alterações nas relações de poder local, a serem melhor detalhadas no item a seguir.

Reforma Agrária e mudanças nas relações de poder: o município de Andradina

As mudanças nas relações de poder são apontadas por vários autores como sendo desdobramentos ocasionados pela desapropriação das fazendas improdutivas e do acesso à terra a milhares de famílias. Para Leite *et al.* (2004, p. 23), os assentamentos além de gerarem empregos e aumentarem a renda das famílias assentadas, refletindo na economia local, “[...] transformam em diferentes proporções, as relações sociais e de poder local”.

Sauer (2005, p.61), ao analisar a implantação dos assentamentos rurais, enfatiza que seus resultados “[...] não se resumem a um simples aumento da produção agropecuária - e o conseqüente aquecimento da economia local -, mas a uma série de mudanças sociais e políticas, muitas vezes mudando o eixo de poder e a correlação de forças locais e regionais.”

A própria transformação do assentado a sujeito inserido produtivamente na sociedade enquanto produtor e consumidor de bens e serviços, muda as relações de poder. A organização em associações e cooperativas, refletindo os períodos ativos do movimento social, revela essa modificação. A esse respeito, para falar das mudanças nas correlações de força local é de suma importância destacar o município de Andradina, uma vez que essas modificações estão mais visíveis. Nessa perspectiva, vale muito a leitura da fala do Sr. R, assentado e liderança política do município, apontando o aspecto político da própria luta pela terra e pela Reforma Agrária:

Quando se fala em reforma agrária você está fazendo uma nova configuração do espaço físico, mas também, fazendo uma nova força política. Um assentamento altera o aspecto econômico e político da onde ele se instala, porque tem todos os elementos necessário, que são as pessoas organizadas para alcançar a conquista da terra e depois para desenvolvimento econômico. Com isso você tem uma influência na vida política do município. Passa a ser um elemento transformador, passa a ser não só um coadjuvante, mas sim um ator principal nessa questão da melhoria de todos os aspectos. A luta pela reforma agrária em si é uma luta política cobrando deveres do Estado e direitos do cidadão (Andradina, jan. 2018).

O município de Andradina é único entre os onze da região que possui uma Secretaria voltada aos projetos de assentamentos rurais. A criação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário resulta da luta dos camponeses assentados por um olhar mais atento do poder público local. Na Região de Andradina, o poder da oligarquia rural pode ser dimensionado pela sucessão, durante décadas, nas cadeiras do executivo. Entretanto, as últimas três eleições municipais em Andradina elegeram candidatos de fora dos grupos hegemônicos locais: de 2009 a 2016, a cadeira da prefeitura esteve ocupada por Jamil Ono, na época filiado ao PT. Portanto, nessas eleições, não foram eleitos candidatos dos tradicionais partidos, PSDB, PMDB e DEM, que dominavam o cenário político local. Em 2016, alçou à prefeitura da cidade a professora Tamiko Inoue, única filiada ao PCdoB eleita

no Estado de São Paulo, atualmente filiada ao PSDB. Para o Sr. R., a eleição de Jamil Ono teve participação fundamental dos assentados, porém o mesmo ressalta a origem do ex-prefeito e sua ligação com o campo.

[...] um dos fatores importantes que faz nosso município a primeira administração de esquerda através da eleição do Jamil Ono, do PT, é: ele sempre se identificou por ter uma origem rural, seus pais foram posseiros a participar do assentamento Primavera, então ele tem uma origem agrária, rural. Apesar de ter ido pra USP fazer Direito, ele sempre se identificou como os trabalhadores rurais. Por isso, quando ele se filiou ao PT os assentamentos abraçaram sua campanha, e achou que seria importante. Era o auge do PT no poder, era o segundo mandato do Lula e com isso não tão difícil a gente ter êxito (Andradina, jan. 2018).

Identificamos, no contexto da pesquisa, assentados presentes na Câmara Municipal, o que reforça sua presença na política local. Essa participação e a influência na gestão municipal tem gerado efeitos diretos na vida dos homens e mulheres dos assentamentos. A própria criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário é exemplo. A respeito dessa questão o dirigente da pasta no momento da pesquisa explanou:

Eu acredito que a participação dos assentamentos nesse sentido ela é fundamental. Assim como ganhamos em 2008 a primeira eleição, ganhamos a reeleição e depois agora a sucessão do PCdoB, bem no momento de desgaste dos partidos da esquerda. Somos a única prefeitura do PCdoB no Estado de São Paulo, uma mulher. O assentado por conta da luta pela terra e por conta das discussões ele passa a discutir mais coisas. Ele faz uma leitura um pouco mais ampla do que a cidade (Andradina, 2019).

A Secretaria foi criada em 2010, visando dar suporte em todos os aspectos e políticas públicas voltadas aos quatro assentamentos rurais do município. No momento de sua criação, o prefeito designou à cadeira de secretário um assentado e liderança do MST regional. Em suas palavras:

A criação da Secretaria foi para fortalecer as políticas de desenvolvimento agrário. A minha experiência é nesse campo, então a gente foi o primeiro a ocupar a secretaria criada. A gente gostaria muito que outros municípios fizessem os departamentos agrários, pois não é só uma questão de tratar o rural dividindo entre pequeno agricultor e assentado, não é isso. Você não divide, você valoriza a discussão, o histórico dos assentamentos. Então, você cria um departamento que trata especificamente as dificuldades, as potencialidades que os assentamentos têm e com isso você consegue buscar recurso a nível de governo federal ou até estadual para o desenvolvimento (Sr. R.; Andradina, jan. 2018).

O entendimento de que a Secretaria resultou da luta e reivindicações políticas está presente nos discursos dos assentados. É partindo dessa concepção que o Sr. V. comenta: “A secretaria foi criada pelo Jamil Ono, do PT. Mas foi uma reivindicação dos assentamentos, dos movimentos sociais, de ter uma política pública do município voltada para o assentamento” (P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

De acordo com o Secretário do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo da pasta é conseguir meios de garantir a compra dos produtos oriundos dos assentamentos. Dentre os projetos inseridos nos Planos, Propostas e Projetos Prioridades (Gestão 2017/2020), destacamos o Mini-Ceasa: Núcleo de Apoio à Comercialização (NAC). Trata-se de uma ferramenta para estabelecer relacionamento entre produtores e compradores. O Núcleo terá, segundo a secretaria, a função de divulgar diariamente, aos compradores, a produção disponível nos assentamentos, tendo a Central de Comercialização e Distribuição de Alimentos como um entreposto. Essa proposta participativa, mesmo que mínima, na gestão pública, não é experimentada pela maioria dos municípios da região. Pelo contrário, foi recorrente os relatos de descaso do executivo em relação aos assentados.

A AOPRAP, Associação do Assentamento Primavera II, situado em Mirandópolis, começou a fazer projeto para o PAA em parceria com um município de outra região, pois não tinha respaldo e apoio no próprio: o município de Lavínia disponibilizou caminhão para buscar a produção no assentamento. Segundo a assentada e coordenadora da associação:

Eu peguei um projeto da CONAB dentro de Mirandópolis, deu vontade de abandonar. Eu entregava de mão beijada na prefeitura, aluguei um local pra colocar a mercadoria, tive que pagar funcionário. O projeto era de R\$ 750 mil, depois aprovou mais um, de R\$ 600 mil, nós ficamos aí com mais de 1 milhão de reais para injetar dentro de Mirandópolis, a prefeitura nunca ajudou a gente em nada. O último projeto que fiz eu entreguei pra Lavínia. O prefeito de Lavínia vem buscar [a produção] aqui (Dona S.; P. A. Primavera II, Mirandópolis; I. 2019).

Considerando que o assentamento produz dinâmicas importantes, o descaso do poder local também se reflete na cidade, a exemplo do PAA, que poderia beneficiar dezenas de famílias em condições de vulnerabilidade sociais. Outros relatos similares foram recorrentes na pesquisa. O município de Andradina é marcado historicamente pelos movimentos sociais, seja do campo, seja dos bairros. Desde a década de 1960, o município presencia essas lutas, não é por acaso que o principal movimento de luta pela terra do Brasil, o MST, tem na luta da Fazenda Primavera³ seu germe (MICHELETTO, 2003). Essas condições históricas são fundamentais para entender as diferenças políticas derivadas das alterações nas relações de poder do município, se comparado com o restante da região, fato observado pelo secretário agrário:

Andradina teve momentos de domínios de grupos, mas sempre presença dos movimentos sociais, desde décadas atrás, do IAJE, movimento pela libertação, movimento constitucional. [...] Andradina de certa forma os grupos vêm se movimentando, participando. E os assentamentos respondem, quando é chamado, quando é convidado eles participam da vida social, da vida política (Andradina, jan. 2019).

³ A luta dos posseiros da Fazenda Primavera, década de 1970, ficou marcada nacionalmente pela origem do MST no Estado de São Paulo, conforme em Fernandes (1999, p.57): “A Fazenda Primavera, [...], era terra grilada. Nessa terra nasceu a primeira luta da gestação do MST em São Paulo”.

As reivindicações promovidas pelos vários movimentos do município, em especial o MST, resultaram em várias conquistas. As desapropriações do latifúndio, assim como a própria criação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário comprovam que a luta contínua dos camponeses assentados afeta também as relações de forças, pois novos grupos começaram a participar das discussões políticas, sobretudo aquelas voltadas aos assentamentos rurais. Ainda que o município de Andradina possua uma secretaria especial para os assentamentos, problemas e dificuldades ainda são latentes na vida desses sujeitos. A própria conjuntura política, após o Golpe de 2016, tem inviabilizado a pasta, principalmente com o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As mudanças nas correlações de forças, no caso mais evidente o município de Andradina, podem ser verificadas na aprovação do projeto de construção da agroindústria do leite da COAPAR. O projeto intitulado Estruturação da Cadeia Produtiva do Leite em Assentamentos de Reforma Agrária da Região de Andradina está inserido no Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária, do Terra Forte; foi elaborado em 2011, sendo aprovado apenas em 2014, no valor total é de R\$ 12,8 milhões de reais, sendo R\$ 3 milhões a contrapartida da COAPAR, e o restante, oriunda do Programa Terra Forte.

Segundo noticiado no *site* do MST⁴, até aquele momento, este foi o maior projeto aprovado pelo Programa Terra forte no estado de São Paulo. Estudos realizados pela Cooperativa de Trabalho de Assessoria Técnica e Extensão Rural (COATER) identificaram que a capacidade produtiva dos assentamentos é de 100 mil litros/dia de leite. Segundo as lideranças, o projeto terá capacidade para 50 mil litros/dia de leite. A construção da agroindústria será no distrito industrial de Andradina, em terreno doado pela prefeitura. Segundo as lideranças responsáveis pela COAPAR a construção da indústria está atrasada.

Nosso projeto está aprovado desde 2014. Está atrasado, bastante, mas o recurso existe. A gente já aplicou 700, 800 mil já foi investido na construção do próprio projeto, projeto executivo e programa de TI de gerenciamento de empresas, na área de capacitação de cooperados (Sr. L., P. A. COAPAR, Andradina; jan. 2018).

Em janeiro de 2019, ao entrevistar outra liderança, a mesma destacou que a previsão de finalização do projeto e inauguração tinha ficado para 2020.

Especialistas do Banco do Brasil, do BNDES já disse pra nós que o recurso já está aprovado, já foi liberado parcela, já foi gasto parcelas do recurso do projeto. Está praticamente impossível um governo novo barrar esse recurso. A gente está acreditando que não vai ser barrado esse recurso.

⁴ Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/09/25/assentados-conquistam-1-agroindustria-do-terra-forte-em-sp/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Até o momento a agroindústria não foi concluída, ainda nem se iniciou a construção da planta industrial. A conjuntura é outra daquela em que o projeto foi aprovado. A própria perspectiva da permanência na terra vem sendo ameaçada desde o Golpe de 2016. Esta é uma preocupação presente nos relatos dos camponeses entrevistados, e também das lideranças do MST em Andradina. Assim, o Sr. R. exclama: “É um tempo muito difícil porque a gente não tem vitórias. O governo não está a fim da reforma agrária. É o agronegócio né? As *commodities*. E a reforma agrária vem assim sendo penalizada. Não tem novos assentamentos” (P. A. Belo Monte, Andradina; jan. 2018).

Ainda que os assentados tenham visibilidade nas últimas décadas, o futuro dos assentamentos é incerto, várias normativas baixadas pelo INCRA os preocupa. A lentidão da construção da agroindústria, o arrefecimento dos recursos destinados ao PAA, as extinções do MDA evidenciam o lado classista dos Governos pós 2016.

Considerações Finais

Mesmo não considerando o enfoque econômico como único parâmetro para entender os desdobramentos da democratização da terra na escala local, o trabalho aponta para a superação do discurso de inviabilidade econômica da Reforma Agrária, uma vez que as famílias assentadas, mesmo diante da luta imposta pelas amarras do capital, produzem riquezas relevantes a partir da venda do seu excedente. Portanto, com a desapropriação do latifúndio e a formação dos assentamentos rurais, outras relações se realizaram nas terras reformadas, ativando assim, outras dinâmicas.

A democratização da terra se traduz em dinâmica econômica, pois as comunidades do entorno também são afetadas por repercussões mercantis. A transformação também se faz sentir na cidade, especialmente nesse caso em que a área hoje ocupada pelas 3.423 famílias assentadas pertencia a 37 famílias cuja importância para a economia local pode ser medida pela improdutividade, razão da desapropriação. O impulso dado pelos assentados a demandas por produtos agropecuários, ferramentas, eletrodomésticos, de vestuário, bens e serviços é comprobatório do bem que a democratização da terra faz para além do campo. Nesse processo, as cidades próximas aos assentamentos são alcançadas pelos alimentos oriundos dos assentamentos, mas também, como apontou a pesquisa, pela circulação na escala local pela renda gerada nas frações do território dominado pelos assentados. A redivisão do latifúndio permitiu aos camponeses ocuparem novos espaços, participando ativamente da dinâmica local, principalmente nas pequenas cidades. O acesso à terra transformou sujeitos marginalizados economicamente em assentados produtivos, inaugurando o direito à cidadania para milhares de famílias.

Portanto, a política agrária inseriu produtivamente na sociedade pessoas na condição de produtores com potencial de consumo de bens e serviços. Isso mudou as relações de poder, mesmo que em pequenas parcelas do território. Mesmo sem a reforma agrária capaz de abalar as estruturas do latifúndio e da sociedade, os assentamentos são marcos de resistência, transformação social e dinâmicas virtuosas; além da inclusão social, da terra enquanto morada da vida, da produção de alimentos, destacamos a possibilidade de trabalho e renda, que extrapolam os limites dos próprios assentamentos.

Referências

ARLINDO, Marco A. da Silva. **Territorialização camponesa no Assentamento Primavera II em Mirandópolis/SP: limites e potencialidades.** Dissertação Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, 2015.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979-1999).** Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

FONTOURA, Luiz F. M. A relação campo cidade como método. In: Medeiros, Rosa M. V. E Falcade, Ivanira (Org) **Tradição Versus Tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUIBERT, Martine. las relaciones ciudad-campo: características del debate Franés. In: Medeiros, Rosa M. V. E Falcade, Ivanira (Org.) **Tradição Versus Tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP. 1996.** Tese (Doutorado em Geografia), IGCE/UNESP, Rio Claro, 1996.

INCRA. Assentamentos - Informações Gerais. **Superintendência Regional São Paulo, 2022.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

LEITE, Sergio. Assentamentos Rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A reforma Agrária e a luta do MST.** 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 777-805, set. 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In.: **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: aliança do atraso. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 103-135.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: **O processo de produção do capital**; tradução Rubens Enderle. – 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

MICHELETTO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da Terra o Milagre do Pão: Assentamento Timboré Andradina/SP**. Dissertação de mestrado USP, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela - Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 52-73, jul./dez. 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Reforma Agrária: o incômodo diálogo. **REVISTA AGRÁRIA**, São Paulo, No. 14, p. 99-120, 2011.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. A eficiência da produção camponesa no Brasil: estudo comparativo. **Revista Terra Livre**: São Paulo, nº35, p.17-34, 2010.

SAUER, Sergio. O significado dos assentamentos de reforma agraria no Brasil. In. FRANÇA, Caio Galvão e; SPAROVEK. Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

SANTOS, Isabel Péres dos; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Org.). **Da Terra Nua ao Prato Cheio Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara; Fundação ITESP/UNIANA, 2003.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campepinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir; FLORÃO, Santo Reni dos Santos. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta/RS. In: GÖGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: VOZES, 1991.

Sobre o autor

Marco Aurélio da Silva Arlindo – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-5396-6349>.

Como citar este artigo

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. Assentamentos Rurais na Região de Andradina: desdobramentos para além do campo. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 115-142, mai.-ago., 2023.

Recebido para publicação em 20 de setembro de 2021.

Devolvido para a revisão em 23 de fevereiro de 2023.

Aceito a publicação em 27 de março de 2023.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira e Camila Ferracini Origuéla.
